

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
2º QUADRIMESTRE DE 2018
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 27/09/2018.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 2º Quadrimestre de 2018, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no quadro de atos localizado no saguão do prédio Administrativo da Prefeitura, bem como na Internet (www.veracruz-rs.bov.br) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

Cumprir informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, os dados relativos ao Resultado Primário, Resultado Nominal, Despesa de Pessoal, Receita Corrente Líquida, Dívida Consolidada, são apresentados com a situação até o dia 30/06/2018.

1. METAS FISCAIS

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município em honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, (rend. aplic. financeira, operações de crédito, amortização de empréstimos frda e alienação de bens), e do lado da despesa, (concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a junho de 2018, o resultado

primário foi de R\$ 3.352.906,65. O desempenho favorável demonstra que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 1.252.693,99 no período. Destaca-se que a receita Municipal sempre é maior no primeiro semestre de cada exercício, devido as cobranças de IPTU e suas taxas, IPVA e FPM. O superávit observado deu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas fiscais - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos – que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 34.198.305,60. O valor verificado foi superior às despesas fiscais – representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos – que corresponderam, no mesmo período a R\$ 30.845.398,95.

QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO - JAN A JUN/2018

RECEITA	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas Correntes	74.550.599,26	35.654.857,87	47,83
(-) Rendimentos de Aplicações	7.500.000,00	1.638.817,04	21,85
1 (=) Receitas Fiscais Correntes	67.050.599,26	34.016.040,83	50,73
Receitas de Capital	3.294.971,43	1.845.313,23	56,00
(-) Operações de Crédito	0,00	1.657.000,00	#DIV/0!
(-) Amortização de Empréstimos	11.430,14	6.048,46	52,92
(-) Alienação de Ativos	0,00	0,00	#DIV/0!
2 (=) Receitas Fiscais de Capital	3.283.541,29	182.264,77	5,55
3 Receitas Fiscais Liquidas (1+2)	70.334.140,55	34.198.305,60	48,62

DESPESA	Programada no Período/Dotação Atualizada	Realizada no Período/Liquidada	% Real / Progr.
Despesas Correntes	65.366.619,96	29.899.840,22	45,74
(-) Juros e Encargos da Dívida	915.100,00	340.611,53	37,22
4 (=) Despesas Fiscais Correntes	64.451.519,96	29.559.228,69	45,86
Despesas de Capital	8.108.456,49	2.207.062,72	27,22
(-) Concessão de Empréstimos	19.680,14	8.810,00	44,77
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	1.626.000,00	912.082,46	56,09
5 (=) Despesas Fiscais de Capital	6.462.776,35	1.286.170,26	19,90
6 Reserva de Contingência	60.000,00	0,00	
7 Despesas Fiscais Liquidas (4+5+6)	70.974.296,31	30.845.398,95	43,46
8 Restos a Pagar não processados	0,00	0,00	
9 Resultado Primário (3 - 7 - 8)	-640.155,76	3.352.906,65	

O Resultado Nominal apurado foi de (-) R\$ 131.189,61, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento líquido no período. Por esta metodologia, leva-se em consideração a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência (30/06/2018) e o saldo da dívida fiscal líquida no período anterior ao de referência (31/12/2017), sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo inferior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma pequena redução no nível da Dívida Consolidada Líquida. Se analisarmos somente a Dívida Consolidada, observamos uma elevação do saldo devedor. Tal fato ocorre, pela liberação da Operação de Crédito com o Banco do Brasil no primeiro semestre de 2018, no valor de R\$ 1.887.000,00. Registra-se que a diferença entre o saldo atual e saldo anterior da dívida é de R\$ 854.917,54, devido as amortizações mensais das operações de créditos já contratadas anteriormente.

QUADRO 2– APURAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL (METODOLOGIA DA STN) - JAN A JUN/2018

ESPECIFICAÇÃO	SALDO ALTERIOR (A)	SALDO ATUAL (B)	DIFERENÇA (B – A)
DÍVIDA CONSOLIDADA – DC(1)	6.375.260,08	7.230.177,62	854.917,54
Dívida Mobiliária			0,00
Dívida Contratual	6.375.260,08	7.230.177,62	854.917,54
Precatórios (após 05/05/2000)	0,00	0,00	0,00
Oper.Crédito Inferior a 12 meses			0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos			0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias (INSS)			0,00
Demais Contribuições Sociais			0,00
Do F G T S			0,00
Outras Dívidas			0,00
DEDUÇÕES (2)	6.598.379,08	7.584.486,23	986.107,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.438.732,23	7.560.219,80	121.487,57
Demais Haveres Financeiros	35.343,35	40.905,32	5.561,97
(-) Restos a Pagar Process.	875.696,50	16.638,89	-859.057,61
OBRIGAÇ. NÃO INTEGRANTES DA DC			0,00
Precatórios anteriores a 05/05/2000			0,00
Insuficiência Financeira			0,00
Outras Obrigações			0,00
			RESULTADO NOMINAL

DÍVIDA CONS. LÍQUIDA – DCL (1– 2)	-223.119,00	-354.308,61	-131.189,61
--	-------------	-------------	--------------------

2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções para o Fundeb, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2018 o montante de R\$ 80.091.445,66, cujo valor foi reestimado até 31/08/2018 em R\$ 84.084.819,88. A receita efetivada no período de janeiro a agosto de 2018 foi de R\$ 53.420.133,57, tendo sido arrecadado 63,53% da meta anual. Destacamos neste quadro, as Receitas Patrimoniais, que basicamente são os rendimentos de aplicação financeira do RPPS, que neste período tiveram um retorno muito baixo.

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (Atualizada)	Realiz. no Período	% Real. Ano
1 – Receitas Correntes	75.052.432,19	47.491.194,96	63,28
Receita Tributária	8.117.798,38	5.806.598,63	71,53
Receita de Contribuições	3.018.970,62	1.766.606,32	58,52
Receita Patrimonial	7.647.772,52	2.485.815,11	32,50
Receita Agropecuária	0,00	0,00	-
Receita Industrial	0,00	0,00	-
Receita de Serviços	7.353.043,42	5.272.733,24	71,71
Transferências Correntes	47.865.812,10	31.462.599,55	65,73
Outras Rec. Correntes	1.049.035,15	696.842,11	66,43

Discriminação	Previsão Anual (Atualizada)	Realiz. no Período	% Real. Ano
2 – Receitas de Capital	3.374.971,43	2.720.109,81	80,60
Operações de Crédito	0,00	1.887.000,00	#DIV/0!
Alienação de Bens	0,00	79.428,00	#DIV/0!
Amort. de Empréstimos	11.430,14	7.842,53	68,61
Transfer. De Capital	3.363.541,29	711.188,61	21,14
Outras Rec. De Capital	0,00	34.650,67	#DIV/0!
3 – Rec. Corrente Intra-Orç.	5.657.416,26	3.208.828,80	56,72
Total da Receita	84.084.819,88	53.420.133,57	63,53

2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu até o final do mês de agosto de 2018, o montante de R\$ 5.806.598,63, que representa uma realização de 71,53% da projeção para o ano.

O I P T U arrecadou 75,92% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 2.703.004,67, tendo sido arrecadados R\$ 2.052.247,97.

O I T B I arrecadou 118,77% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 733.802,00, tendo sido arrecadados R\$ 871.565,83.

O I S S Q N arrecadou 49,70% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 2.281.023,28, tendo sido arrecadados R\$ 1.133.741,37.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 522.896,92, contra uma projeção de R\$ 577.114,87. Arrecadou-se, portanto, 90,61% da meta anual.

QUADRO 4 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual Atualizada	Realizada no Período	% Realiz
Impostos	7.486.180,53	5.148.922,91	68,78
I P T U	2.703.004,67	2.052.247,97	75,92
I R R F	1.768.350,58	1.091.367,74	61,72
I T B I	733.802,00	871.565,83	118,77
I S S Q N	2.281.023,28	1.133.741,37	49,70
Taxas	577.114,87	522.896,92	90,61
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	369.715,66	346.927,56	93,84
Taxas p/ Prestação de Serviços	207.399,21	175.969,36	84,85
Contribuição de Melhorias	54.502,98	134.778,80	247,29
Total das Receitas Tributárias	8.117.798,38	5.806.598,63	71,53

2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de agosto, o valor R\$ 1.766.606,32, correspondendo a 58,52% da previsão anual.

QUADRO 5 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Real / Progr.
Contribuições Sociais	2.327.143,04	1.319.988,88	56,72
Contribuições Previdenciárias	2.327.143,04	1.319.988,88	56,72
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	-
Contribuições Econômicas	691.827,58	446.617,44	64,56
Contribuição p/Custeio Ilum.Pública	691.827,58	446.617,44	64,56
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	-
Total das Receitas de Contribuições	3.018.970,62	1.766.606,32	58,52

2.1.3 Transferências Correntes

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 9.485.930,28 no período, correspondendo a 61,59% da projeção anual.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 5.790.589,43, correspondendo a 65,25% da expectativa anual, que é de R\$ 8.874.432,00.

QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Realiz
Transferências da União	22.451.933,84	14.193.780,15	63,22
Cota parte do F P M - Líquido	15.401.992,01	9.485.930,28	61,59
Cota-Extra do F P M - Dezembro	740.780,50	0,00	0,00
Cota-Extra do F P M - Julho	682.500,00	749.558,95	109,83
Cota parte do I T R - Líquido	20.000,95	2.383,73	11,92
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)- Líquido	58.829,49	35.383,31	60,15
Comp.Financ.Rec.Minerais – DNPM	66.571,45	40.397,34	60,68
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	178.283,04	172.606,12	96,82
FNS - Bloco - Atenção Básica	1.702.113,96	999.208,00	58,70
FNS - Bloco - Assist.Farmacêutica	132.863,96	84.193,83	63,37
FNS - Bloco - Média e Alta Complexidade	903.720,96	557.540,44	61,69
FNS - Bloco - Vigilância em Saúde	84.460,34	69.139,72	81,86
Outras Transferências do SUS	158.000,00	184.989,75	117,08
Transferências do F N A S	495.626,00	233.206,22	47,05
Transferências do F N D E	1.569.151,18	1.079.242,46	68,78
Transferências Advindas Emend.Parlament.	189.000,00	500.000,00	264,55
Outras Transferências da União	68.040,00	0,00	-
Transferências do Estado	12.794.339,78	8.876.872,00	69,38
Cota Parte do I C M S - Líquido	8.874.432,00	5.790.589,43	65,25
Cota Parte do I P V A - Líquido	1.899.835,37	1.728.847,96	91,00
Cota Parte do IPI / Exportação - Líquido	119.114,55	93.173,29	78,22
Cota parte da C I D E	49.549,77	39.429,77	79,58
Transf.do Fundo Est.Saúde (FES)	951.531,12	730.905,57	76,81
Outras Transferências do Estado	58.000,00	56.926,61	98,15
Transferências de Convênios	841.876,97	436.999,37	51,91

2.1.4 - Transferências do FUNDEB

QUADRO 7 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Realiz
Valores Recebidos do FUNDEB	12.604.052,33	8.378.977,50	66,48
Valores Transferidos para o FUNDEB	6.593.551,08	4.284.076,67	64,97
Ganho com o FUNDEB	6.010.501,25	4.094.900,83	68,13

3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, excluindo o RPPS, a Despesa Total liquidada no Executivo e Legislativo, no período de janeiro a agosto de 2018, apresentou uma **execução inferior** à Receita Total realizada nos respectivos poderes. Em valores acumulados e, excluindo o RPPS, a receita total foi de R\$ 46.327.948,56 e a despesa total liquidada foi de R\$ 43.386.155,15, obtendo um resultado superavitário R\$ 2.941.793,41. Devemos novamente lembrar, que o primeiro semestre de cada ano acumula reservas financeiras para o segundo.

QUADRO 8 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS, EXCLUÍDOS O RPPS)

Receita Realizada	Previsão Anual (Atualizada)	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	68.869.696,41	46.327.948,56	67,27

Despesa Liquidada	Dotação Atualizada	Realizada no Período - Liquid	% Real / Progr.
Despesas Correntes	65.578.995,86	40.114.733,76	61,17
Pessoal e Encargos Sociais	39.364.285,24	24.881.827,46	63,21
Juros e Encargos da Dívida	915.100,00	472.758,07	51,66
Outras Despesas Correntes	25.299.610,62	14.760.148,23	58,34
Despesas de Capital	8.227.166,03	3.271.421,39	39,76
Investimentos	6.581.485,89	2.008.784,52	30,52
Inversões Financeiras	19.680,14	8.810,00	44,77
Amortização da Dívida	1.626.000,00	1.253.826,87	77,11
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	-
Reserva Contingência	60.000,00	0,00	0,00
(2) Despesa Total	73.866.161,89	43.386.155,15	58,74
Resultado Orçamentário (1-2)	-4.996.465,48	2.941.793,41	-
Relação Despesa/Receita (2 / 1)	107,25%	93,65%	-

Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

- Construção salas cirúrgicas junto ao Hospital (em fase final);
- Implantação de Instalação Esportiva em Entre Rios (em fase final);
- Construção de cabine narração e banheiros no Parque Jurema Tornquist (em andamento);
- Ampliação da Emei Sabor de Alegria;
- Aquisição de um veículo Onix para programa redutor de danos;
- Aquisição de uma Saveiro para programa Vigilância Sanitária;
- Melhorias no ESF de Vila Progresso;
- Aquisição de Área de Cascalheira;
- Compra área de terra para destinar a empresa;
- Aquisição de uma retroescavadeira Case (Financiamento Banco do Brasil);
- Reforma do Ginásio de Ferraz (em andamento);
- Reforma e Continuação Obras do Ginásio Adroaldo Hickmann (em andamento);
- Construção de mais 40 Gavetas Cemitério Municipal (em andamento);
- Aquisição de 2 Containers de 12m para arquivo morto – administração e saúde;
- Aquisição de 1 Container de 6m para uso junto ao ESF da Arco-Íris;
- Construção da Unidade de Distribuição de Hortifrutigranjeiros junto a Feira Rural da Intendente Koelzer (em andamento);
- Pavimentação Asfáltica na Propriedade da Metalúrgica Mor (incentivo as empresas);
- Aquisição de Equipamentos de Informática;
- Móveis e Utensílios em Geral;

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF – (CFE. CÁLCULO DO TCE)

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (julho/2017 a junho/2018) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, **está abaixo** do limite prudencial de 51,30% (Executivo) e 5,70% (Legislativo), apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 48,89% para o Executivo e de 2,94% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses (julho/2017 a junho/2018), considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 63.543.030,41.

QUADRO 09 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
-------	-------------------	-------	-------------------	--------------

Despesas com pessoal do Executivo	31.064.088,69	48,89%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	1.870.139,27	2,94%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	32.934.227,96	51,83%	57%	60%

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (CFE. CÁLCULO DO TCE)

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, até o mês de agosto/2018, totalizaram R\$ 6.715.051,52, o que corresponde a 24,58% da Receita de Impostos e Transferências. O limite estabelecido pela Constituição Federal é de 25%, que deve ser verificado somente no encerramento do exercício.

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (CFE. CÁLCULO DO TCE)

As despesas com Saúde – ASPS, até o mês de agosto/2018, totalizaram em R\$ 6.626.060,14, o que corresponde a 24,25% da Receita de Impostos e Transferências. O limite estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29/2000 é de 15%, e a verificação do atendimento é feita no encerramento do exercício.

7. DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA – SITUAÇÃO DE 30/06/2018

Conforme o Demonstrativo do Resultado Nominal, a Dívida Pública Consolidada ao final do semestre totalizou R\$ 7.230.177,62. O limite para endividamento dos Municípios – Dívida Consolidada Líquida - é de 120% da Receita Corrente Líquida, que nesta data (30/06/2018) seria de R\$ 76.251.636,49.

8. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

O Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores

públicos municipais. No período observado (até agosto/2018), as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 7.092.185,01 e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 3.456.234,56, obtendo-se um **resultado superavitário** de R\$ 3.635.950,45, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 72.862.807,21 (31/08/2018), os quais encontram-se depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos.

9. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que os gastos até então realizados estão compatíveis com a arrecadação. As receitas, com eventuais exceções, estão se comportando dentro das projeções. Até o encerramento do 2º Quadrimestre não se fazem necessários ajustes na execução orçamentária para fins de atingimento das metas, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Porém se fizermos um comparativo com o mesmo período do ano anterior, vamos observar que estamos com a mesma arrecadação e uma despesa mais elevada, o que é muito preocupante, tendo em vista, que não percebemos para o futuro uma elevação proporcional das receitas comparando com as despesas. Cada vez mais, as despesas de manutenção da máquina pública estão sugando uma fatia maior das receitas, o que levará ao sucateamento do serviço público, se não houver uma readequação da distribuição de receitas arrecadadas pelo Estado e União.

Marcos Ivan dos Santos
Secretário de Planejamento e Finanças